

## **Diversidade E Direitos Fundamentais: O Impacto Das Políticas Públicas Sobre A Inclusão Social No Brasil**

**Evangelinaldo Silva Saldanha**  
*Universidade De Fortaleza (UNIFOR)*

**Paulo Honorato De Souza**  
*Universidade Federal Fluminense*

**Adriano Franzoni Wagner**  
*Christian Business School*

**Tiago Dos Santos Rodrigues**  
*Universidade Do Estado De Mato Grosso-Unemat*

**Vilma Suely Duarte De Moraes**  
*Universidade Federal Do Amapá (UNIFAP)*

**Ítalo Gustavo E Silva Leite**  
*UNDB*

**Vilma Canazart Dos Santos**  
*Universidade SAN Carlos*

**Maria Angelica Henrique Dias Paulino**  
*UNIFACVEST*

**Moiseth Neves Nascimento**  
*UCES*

**Sernandes Rodrigues Da Silva**  
*UNIFACEMA*

**Ana Luisa Gordiano De Carvalho**  
*Universidade Salvador*

---

### **Resumo:**

*Este estudo teve como objetivo analisar o impacto das políticas públicas na promoção da inclusão social no Brasil, com base nos direitos fundamentais e no respeito à diversidade. Utilizando uma abordagem qualitativa e descritiva, foram entrevistados 17 profissionais das áreas de assistência social, educação, saúde, cultura e gestão pública, atuantes em diferentes regiões do país. As entrevistas foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo, permitindo identificar cinco categorias centrais: percepção sobre os avanços e retrocessos das políticas de inclusão; barreiras institucionais e estruturais; papel da intersetorialidade; impacto na população atendida; e sugestões de aprimoramento. Os resultados evidenciam que, embora existam avanços significativos, persistem dificuldades como a descontinuidade das políticas, ausência de escuta qualificada e permanência de práticas discriminatórias. Conclui-se que a efetivação da inclusão social requer ações intersetoriais articuladas, continuidade nas políticas públicas e valorização da diversidade como princípio orientador das práticas institucionais.*

**Palavras-chave:** *Educação; Direitos fundamentais; Diversidade; Inclusão.*

Date of Submission: 14-05-2025

Date of Acceptance: 24-05-2025

## **I. Introdução**

O Brasil é uma nação marcada por uma rica diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero, orientação sexual e condições sociais. Essa pluralidade, herdada de um processo histórico complexo que envolve colonização, escravidão e migrações internas e externas, se reflete no cotidiano dos brasileiros e impõe desafios significativos para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária. A diversidade, nesse contexto, não é apenas um dado estatístico ou sociológico, mas um componente essencial da identidade nacional que requer reconhecimento, respeito e garantia de direitos (Faustino; Pereira, 2024).

Historicamente, a estrutura social brasileira foi moldada pela exclusão de determinados grupos sociais, como os povos indígenas, negros, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, entre outros. Essa exclusão se manifesta de forma institucionalizada e estruturante, afetando o acesso a serviços básicos como saúde, educação, trabalho e moradia. Ao longo do tempo, diversos movimentos sociais emergiram com o objetivo de reivindicar direitos e denunciar as desigualdades historicamente perpetuadas (Meyer et al., 2014; Silva, 2010).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental na institucionalização dos direitos fundamentais e no reconhecimento da diversidade como valor. Com base em princípios como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a não discriminação, abriu-se caminho para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social e ao enfrentamento das desigualdades estruturais (Paiva; Bendassolli, 2017).

Contudo, o desafio permanece em garantir que essas políticas saiam do papel e cheguem, de fato, às populações mais vulneráveis. Nas últimas décadas, diversas iniciativas públicas foram implementadas com o intuito de promover a equidade, como as cotas raciais e sociais nas universidades, o Programa Bolsa Família, a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, entre outros (Vargas Carneiro; Bridi, 2020).

Tais instrumentos representam tentativas de reparo histórico e avanços importantes no campo dos direitos sociais. Todavia, é preciso reconhecer que sua aplicação está longe de ser uniforme e frequentemente sofre com cortes orçamentários, resistências institucionais e descontinuidade política. A inclusão social, portanto, é um processo dinâmico que requer a atuação conjunta de diferentes setores da sociedade e um Estado ativo na promoção dos direitos. É necessário desenvolver mecanismos que assegurem não apenas o acesso a serviços, mas também a permanência e a qualidade desses serviços para populações em condição de vulnerabilidade (Vargas Carneiro; Bridi, 2020).

O combate à discriminação e à exclusão deve ser um compromisso permanente das instâncias governamentais, das instituições e da sociedade civil. A escuta qualificada das vozes daqueles que atuam diretamente na ponta dos serviços públicos e das comunidades atendidas é fundamental para identificar falhas, propor melhorias e garantir que as políticas sejam coerentes com as realidades locais. As vivências dos profissionais de saúde, educação, assistência social e cultura são fontes valiosas de análise e diagnóstico sobre os reais impactos das ações governamentais (Faustino; Pereira, 2024).

Diante desse panorama, o objetivo da presente pesquisa foi analisar o impacto das políticas públicas na promoção da inclusão social no Brasil, com base nos direitos fundamentais e no respeito à diversidade, a partir do olhar de profissionais que atuam diretamente com as populações vulneráveis.

## **II. Materiais E Métodos**

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, com o objetivo de compreender, por meio de análise detalhada, as percepções de profissionais que atuam diretamente com políticas públicas voltadas à diversidade e à inclusão social.

A escolha da abordagem qualitativa justificou-se pela necessidade de explorar as experiências, opiniões e interpretações subjetivas dos participantes, ampliando a compreensão sobre os efeitos concretos das políticas no cotidiano dos serviços e das populações atendidas.

A amostra da pesquisa foi composta por 17 profissionais das áreas de assistência social, educação, saúde, cultura e gestão pública, com atuação em diferentes regiões do Brasil. Os critérios de inclusão envolveram a atuação direta com grupos em situação de vulnerabilidade social, experiência mínima de dois anos na função e envolvimento em programas ou projetos de promoção de direitos. O recrutamento foi realizado por meio de indicação em redes de contato profissional e por meio de convite direto via e-mail institucional.

A coleta de dados ocorreu entre fevereiro e abril de 2025, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma remota, com duração média de 45 minutos cada. As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes, posteriormente transcritas na íntegra e organizadas para análise. As questões abordaram temáticas como a efetividade das políticas públicas, os principais desafios encontrados, as percepções sobre os impactos gerados e sugestões para aprimoramento das ações.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, que permitiu a categorização das falas em eixos temáticos, respeitando a emergência de sentidos e significados a partir do discurso dos entrevistados. As categorias principais que emergiram foram: percepção sobre os avanços e retrocessos das

políticas de inclusão; barreiras institucionais e estruturais; papel da intersetorialidade; impacto na população atendida; e sugestões de aprimoramento.

### **III. Resultados E Discussões**

Os resultados da pesquisa evidenciam uma percepção complexa e, por vezes, ambígua entre os profissionais entrevistados no que se refere à efetividade das políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social e ao respeito à diversidade no Brasil. De um lado, foram reconhecidos avanços significativos, especialmente no campo da educação e da assistência social, como apontaram os respondentes E01 e E03, que destacaram o impacto positivo das políticas de cotas e dos programas de transferência de renda na melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis.

No entanto, também foi recorrente entre os participantes a crítica à descontinuidade das ações governamentais e à instabilidade das políticas públicas. Segundo os entrevistados E04 e E07, a troca constante de gestores e a falta de planejamento a longo prazo dificultam a consolidação das ações e geram insegurança tanto para os beneficiários quanto para os profissionais que atuam na ponta. E08 acrescentou que muitos programas são lançados com grande apelo midiático, mas rapidamente perdem força ou têm seus recursos reduzidos.

Outro ponto recorrente nas falas dos profissionais foi a barreira institucional que impede a efetiva implementação das políticas. E05 relatou que muitas vezes os servidores públicos não recebem capacitação adequada para lidar com a diversidade, o que compromete o atendimento e perpetua práticas discriminatórias. Já E06 destacou a burocracia excessiva e a centralização das decisões como entraves para uma ação mais eficaz nos territórios.

A intersetorialidade surgiu como uma categoria central no discurso dos entrevistados. A maioria deles reconhece a importância da articulação entre diferentes políticas — como saúde, educação, cultura e assistência social — para o sucesso das ações inclusivas. Contudo, segundo E10 e E12, essa integração ainda ocorre de forma pontual e desorganizada, sendo mais fruto de esforços individuais de profissionais engajados do que de uma diretriz institucional consolidada.

A questão da escuta e participação das comunidades também foi bastante enfatizada. E13 relatou que políticas desenhadas sem considerar as especificidades dos grupos atendidos tendem ao fracasso, pois desconsideram as realidades locais. E09 complementou dizendo que “as comunidades sabem o que precisam, só precisam ser ouvidas e incluídas no processo de decisão”.

A análise das entrevistas revelou ainda que, embora existam marcos legais importantes que garantem direitos à diversidade, sua aplicação é desigual no território nacional. Profissionais que atuam em regiões mais periféricas ou interioranas relataram dificuldade em acessar recursos e apoio técnico. E15 afirmou que “muitas políticas ficam só no papel porque aqui não chegam os instrumentos para implementá-las”.

Os impactos positivos das políticas públicas, quando efetivamente aplicadas, foram ressaltados em diversas falas. E02 destacou o empoderamento de jovens negros e periféricos que acessaram o ensino superior por meio das cotas. E11 mencionou a transformação de mulheres em situação de violência após o acesso a políticas de proteção e apoio psicossocial.

Apesar dos avanços, a discriminação estrutural ainda é percebida como um fator que limita a efetividade das ações. E14 pontuou que, mesmo com leis e programas, o preconceito racial, de gênero e de classe ainda orienta decisões institucionais e impede uma mudança profunda. Segundo E16, “a política pública precisa ser acompanhada de uma mudança de mentalidade, de um trabalho educativo permanente com a sociedade e com os próprios gestores públicos”.

Em relação às sugestões de aprimoramento, os participantes defenderam a necessidade de políticas mais estáveis, com garantias orçamentárias e continuidade, independentemente das mudanças de governo. Também foi sugerido o fortalecimento dos conselhos de participação social e o incentivo à formação continuada dos profissionais que atuam nas políticas públicas. E17, por exemplo, enfatizou que “não adianta ter uma política pública se os profissionais que a executam não têm compreensão crítica sobre diversidade, racismo, desigualdade. Isso precisa ser parte da formação básica de quem trabalha com o público”.

De forma geral, os relatos convergem para a percepção de que a promoção da inclusão social por meio das políticas públicas é uma tarefa complexa, que exige comprometimento político, recursos técnicos e financeiros, capacitação profissional e, sobretudo, o reconhecimento da diversidade como valor e princípio de justiça.

### **IV. Conclusão**

A presente pesquisa demonstrou que as políticas públicas brasileiras, embora respaldadas por uma Constituição progressista e por marcos legais relevantes, enfrentam desafios significativos para sua efetivação plena. Os relatos dos 17 profissionais entrevistados revelam tanto os avanços obtidos quanto as limitações estruturais e institucionais que ainda comprometem o alcance das ações voltadas à inclusão social e ao respeito à diversidade. Verificou-se que programas como as cotas universitárias e as políticas de proteção social têm impacto

positivo na vida dos beneficiários, promovendo acesso a direitos antes negados. No entanto, a falta de continuidade, a desarticulação intersetorial e a ausência de escuta das comunidades limitam o potencial dessas políticas. Além disso, a permanência de preconceitos estruturais e institucionais reforça barreiras que dificultam a transformação social. A conclusão principal é que a inclusão social no Brasil depende não apenas da criação de políticas públicas, mas do fortalecimento de mecanismos de participação social, da qualificação dos profissionais envolvidos e da consolidação de uma cultura institucional voltada ao respeito às diferenças e à promoção dos direitos fundamentais. Para isso, é necessário compromisso político, investimento sustentável e engajamento coletivo na construção de uma sociedade mais equitativa, justa e diversa.

### **Referências**

- [1] Faustino, A. J. C.; Pereira, A. Políticas Públicas Educacionais De Inclusão Social: Public Educational Policies For Social Inclusion . Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro, [S. L.], V. 5, N. 1, 2024.
- [2] Meyer, D. E. Et Al. Políticas Públicas: Imperativos E Promessas De Inclusão Social. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio De Janeiro, V.22, N. 85, P. 1001-1026, Out./Dez. 2014.
- [3] Paiva, J. C. M.; Bendassolli, P. F. Políticas Sociais De Inclusão Social Para Pessoas Com Deficiência. Psicologia Em Revista, V. 23, N. 1, 2017.
- [4] Silva, J. M. C. Políticas Públicas Como Instrumento De Inclusão Social. Prismas: Dir., Pol. Publ. E Mundial., Brasília, V. 7, N. 2, P. 161-211, Jul./Dez. 2010.
- [5] Vargas Carneiro, L. A.; Bridi, F. R. De S. Políticas Públicas De Ensino Superior No Brasil: Um Olhar Sobre O Acesso E A Inclusão Social. Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação, Araraquara, V. 15, N. 1, P. 146–158, 2020.